

## TERRITORIALIDADE E SAÚDE A'UWĒ UPTABI (XAVANTE): TERRITÓRIOS CONTEMPORÂNEOS EM ABORDAGEM MULTIESCALAR

**Lilian Bulbarelli Parra<sup>1</sup>**

Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)  
Florianópolis, SC, Brasil

**Maurice Seiji Tomioka Nilsson<sup>2</sup>**

Centro de Trabalho Indigenista (CTI)  
Florianópolis, SC, Brasil

Enviado em 30 abr. 2022 | Aceito em 30 jun. 2022

**Resumo:** Este artigo oferece uma abordagem sobre a territorialidade A'uwĒ Xavante, povo Jê do Cerrado brasileiro que vem enfrentando processos de desterritorialização e reterritorialização por meio, sobretudo, das lutas pelo reconhecimento de terras que atualmente ocupam. Pretende-se verificar as relações entre a limitação territorial que impede a mobilidade inerente ao seu modo de vida e as mudanças nos costumes alimentares, e no modo de se relacionar com o Cerrado, correlacionando a transformações no território e na saúde, vulnerabilizada por um conjunto de aspectos que revelam especificidades desse povo. Para tal, é utilizada uma abordagem multiescalar, conforme os fenômenos estudados, a partir da literatura existente em diálogo com as experiências de campo.

**Palavras-chave:** Xavante; território; mobilidade; territorialidade indígena; saúde.

### TERRITORIALIDAD Y SALUD A'UWĒ UPTABI (XAVANTE): TERRITORIOS CONTEMPORANES DESDE UN ENFOQUE MULTIESCALAR

**Resumen:** Este artículo ofrece un acercamiento a la territorialidad de los A'uwĒ Xavante, el pueblo Jê del cerrado brasileño que viene enfrentando procesos de desterritorialización y reterritorialización a través, sobre todo, de las luchas por el reconocimiento de las tierras que actualmente ocupan. En este artículo buscamos verificar el vínculo entre la limitación territorial que impide la movilidad inherente a su modo de vida y los cambios en los hábitos alimentarios y en la forma de relacionarse con el cerrado, en correlación con las transformaciones en el territorio y en la salud, vulnerado por un conjunto de aspectos que revelan la especificidad de este pueblo. Para ello, utilizaremos un enfoque multiescalar, según los fenómenos estudiados, a partir de la literatura existente en diálogo con nuestras experiencias de campo.

**Palabras Clave:** Xavante; territorio; movilidad; territorialidad indígena; salud.

### TERRITORIALITY AND HEALTH A'UWĒ UPTABI (XAVANTE): CONTEMPORARY TERRITORIES IN A MULTISCALE APPROACH

**Abstract:** This article offers an approach about the territoriality of A'uwĒ Xavante, a Jê people of Brazilian savannas (regionally named "cerrado" in Brazilian portuguese) that has been facing processes of deterritorialization and are re-territorializing itself based on the struggles for the recognition of lands where they currently occupy, the mobility inherent to their way of life and the changes in food habits and in the way of relating to the cerrado/savannah, as well as to the changes in territory and health, made vulnerable by a set of aspects that reveal the specificities of this people, congruent with their millennial way of life. To this end, we will use a multiscale approach, according to the phenomena studied, based on the existing literature in dialogue with our field experiences.

**Keywords:** Xavante; territory; mobility; indigenous territoriality; health.

1. Geógrafa, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (PPGPlan). Vínculo institucional: Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2830-5418>. E-mail: [lilianbparra@gmail.com](mailto:lilianbparra@gmail.com).

2. Geógrafo, mestre em Ecologia, Doutor em Humanidades, indigenista. Vínculo institucional: Centro de Trabalho Indigenista. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3895-4681>. E-mail: [mauricetomioka@gmail.com](mailto:mauricetomioka@gmail.com).

## Introdução

O processo “globalitário” em função dos interesses do capital tem afetado a maior parte do planeta e vitimado especialmente as populações nativas, cujos históricos diferenciados não coadunam com os princípios predominantes. Este artigo apresenta o caso de um povo indígena que vem sofrendo esse processo e resistindo, à sua maneira, às imposições desferidas por tais interesses. A Marcha para o Oeste, uma política de avanço de frentes de expansão para o interior, impulsionada na década de 1940, afetou o leste mato-grossense que, na época, conformava parte do amplo território *A’uwẽ Uptabi*<sup>3</sup>, conhecidos por serem destemidos e guerreiros, mantinham estratégias de proteção territorial refinadas. Contatar esse povo e impor-lhes outra lógica territorial configurou o desafio central ao órgão indigenista, que há cerca de três décadas vinha empreendendo práticas de contato pelo país afora, a serviço do projeto político dos *waradzu* para os Xavante: de um lado, os contatos objetivaram liberar terras do antigo território Xavante para a fronteira agropecuária nacional; de outro, transformar os próprios Xavante em expoentes desse modo de habitar, renunciando seu modo de vida pretérito. Os reflexos das mudanças incluíram, em um primeiro momento, a redução do contingente populacional indígena, a degradação do Cerrado, as alterações em seus territórios, incluindo a redução da abrangência e a imposição de práticas alheias às territorialidades.

A quebra de continuidade do macroterritório Xavante, que atualmente tem reconhecidas TIs descontínuas, resultantes das negociações após contato, impediu a continuidade plena dos *dzo’omori*, expedições coletivas para caça e coleta, o que ocasionou mudanças nos modos de vida, incluindo alterações na alimentação e aumento de comorbidades. A integridade do corpo está intimamente relacionada à condição territorial e à manutenção do *Ró*. Atualmente os *A’uwẽ* vivenciam desafios complexos, que incluem o crescimento demográfico em terras reduzidas, mobilidade restrita, alterações em hábitos alimentares e implicações sanitárias.

O presente artigo remete a reflexões oriundas de experiências dos autores, situadas frente ao contexto histórico e geográfico diferenciado de cada grupo. Busca-se tratar de restrições históricas e cumulativas vivenciadas por povos indígenas, e refletir sobre as implicações na saúde (física, territorial e ambiental) e nas práticas socioambientais. As vulnerabilidades ambiental e sanitária são tomadas como processos de desterritorialização multiescalares, que incidem desde os corpos (corpo-xavante, corpo-cerrado, corpo-território) até os territórios mais abrangentes e interconectados. Considera-se que tal desterritorialização não se expressa apenas nas perdas territoriais, mas também nas disputas simbólicas e políticas em torno de projetos de e para o povo e a terra, em que a consciência sobre as implicações de cada escolha depende de uma compreensão multiescalar dos processos envolvidos. Percebe-se haver uma postura de resistência nessa disputa, em várias escalas desses processos — estes que, não sem prejuízos, podem implicar reconstrução, possibilidades de experimentar múltiplos territórios contemporâneos, desde que não ocorra a perda das condições mínimas de existência (HAESBAERT, 2004).

---

<sup>3</sup> *A’uwẽ Uptabi*, expressão que pode ser traduzida como “gente de verdade”, é a autodenominação do povo conhecidos como Xavante, composto por diversos grupos locais com organização social complexa. Pertencentes ao tronco Macro-jê e à família linguística Jê, têm como língua materna o *A’uwẽ mrêmẽ*. A grafia dos termos na língua materna varia significativamente entre as Terras Indígenas (TIs), de forma que serão restringidas aquelas compartilhadas pelos *A’uwẽ* com os autores, estando grafadas em itálico no corpo do texto.

Vale-se de abordagem territorial integradora proposta por Haesbaert (2004) em que se busca superar o dualismo psico-físico, tratando o território tanto no aspecto formal e estatutário quanto nas mentalidades. Implica também uma abordagem multiescalar para descrição dos efeitos do mesmo fenômeno. Também se adotou a percepção dos vínculos entre ambientes e de construção de saberes em movimento (INGOLD, 2000) e da concepção de território a partir de ontologias relacionais (ESCOBAR, 2015), tornando possível pensar outras territorialidades, resultando em outros modelos de vida. Recorrendo à literatura, serão abordadas sinteticamente algumas descobertas a respeito da saúde desse povo, resultantes das mudanças na dieta e no modo de vida em geral, a dados cartográficos que subsidiam a compreensão de fenômenos sobre seus territórios.

Entende-se que há contínuo processo de re-existência que se renova à medida que novos desafios se impõem, outras escalas de atuação são galgadas por meio da ocupação de novos espaços de tomadas de decisão, expressando a multiterritorialidade contemporânea. Ao apontar vulnerabilidades que permeiam as relações entre saúde, territórios e ambientes, no âmbito de reflexos decorrentes dos processos de desreterritorialização, são indicadas algumas das formas de re-existir como reinvenção de condições para a própria existência em escalas diversificadas.

### Territorialização e os reflexos nos territórios dos a'uwẽ uptabi

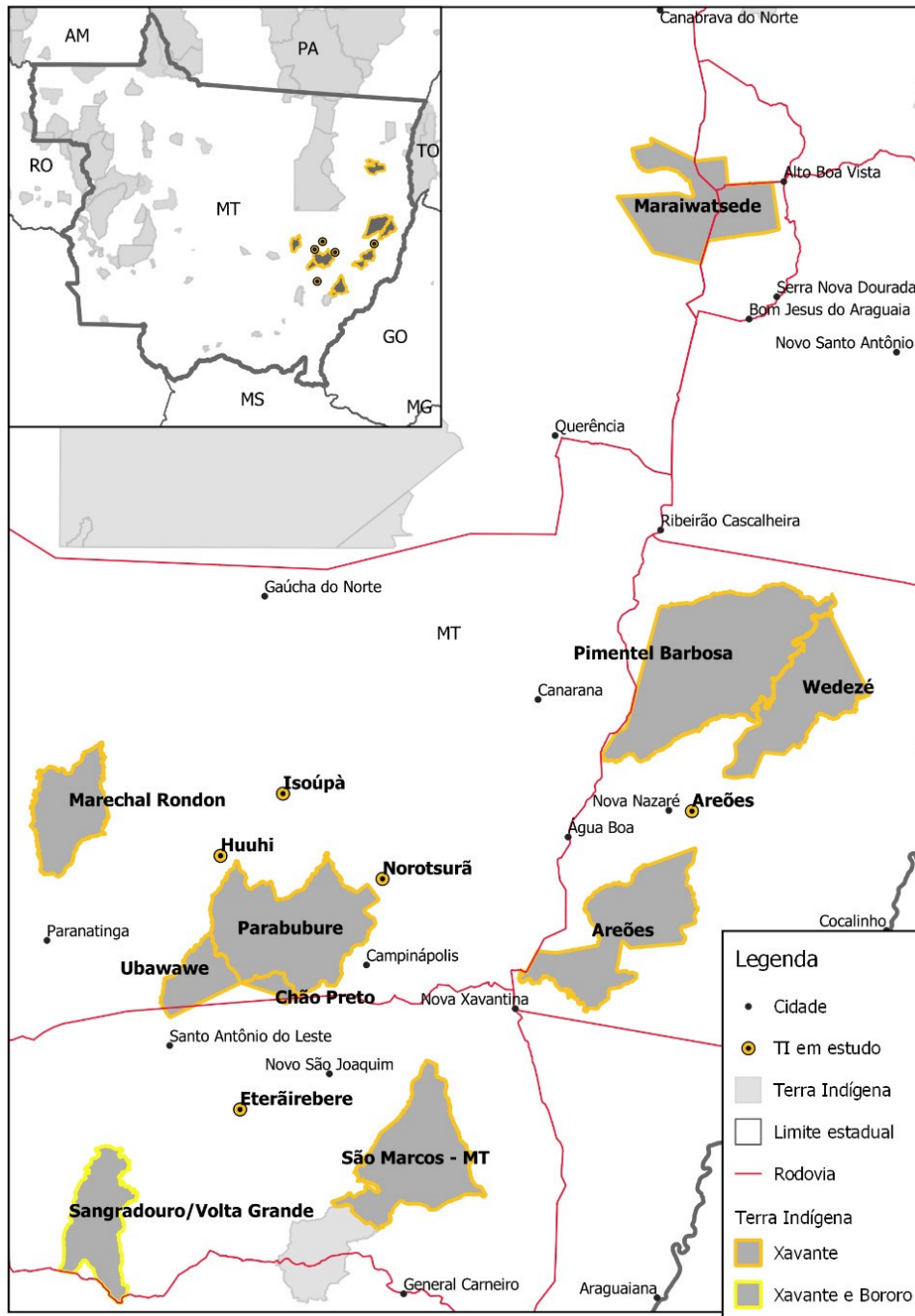
O processo secular de expansão das fronteiras da sociedade brasileira dizimou diversos povos indígenas: os A'uwẽ (Xavante) o experienciaram por gerações e carregam consequências dessa invasão. Neste tópico, será desenvolvida uma síntese histórica de territorializações no Brasil central, com base na literatura. Importa contextualizar o leitor nas dinâmicas socioespaciais, pelas quais passaram os A'uwẽ, de redução territorial e substituição do Cerrado decorrentes da ocupação da região Centro-Oeste.

Atualmente, são oficialmente reconhecidas nove TIs de usufruto exclusivo pelos Xavante, uma compartilhada entre Xavante e Bororo – a TI Sangradouro / Volta Grande – e ainda há seis TIs em estudo para a identificação e delimitação territorial<sup>4</sup>. A distribuição espacial das TIs pode ser visualizada na Figura 1.

---

<sup>4</sup> Etapa inicial do longo processo de regularização fundiária, capitaneado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão indigenista criado em 1967.

Figura 1 – Localização das Terras Indígenas Xavante



Os Xavante resistiram durante mais de dois séculos em Goiás, testemunhando sucessivas ondas de migração em busca de ouro e de terras para a atividade agropecuária. Na primeira metade do século XIX, ocorreu a travessia dos rios Araguaia, Cristalino e, por fim, o Rio das Mortes, se

estabelecendo em terras do leste do Mato Grosso, em evento gravado na memória coletiva e na cosmologia A'uwĕ quando se separam efetivamente dos Xerente. A oeste do Araguaia, entre os anos 1890 e 1920, os grupos locais Xavante criaram diversas aldeias, entre elas *Dunàri*, *Mãró'bré*, *Wedeze* e *Tsõrepre* — também chamada de *Buru'õtõre* (SEREBURĂ *et al.*, 1998). *Tsõrepre* é também denominada aldeia-mãe, localizada nas adjacências da Serra do Roncador, configurando “um aglomerado de pequenas facções” (SILVA, 1992, p. 365), onde grupos locais distintos permaneceram em relativa unidade. Viveram em *Tsõrepre* por cerca de 30 anos, tempo correspondente a cinco ciclos sucessivos de iniciação de meninos à vida adulta (furação de orelhas). Embora a rejeição à aproximação com os não indígenas (*waradzu*) prevalecesse entre os Xavante, as cisões internas levaram à separação e aos deslocamentos. Um grupo permaneceu nos arredores de *Tsõrepre*, outro estabeleceu-se em *Maraiwatsédé* e veio a se deslocar para o noroeste e os *Norotsurã* e *Oi'nhudu* partiram para a região entre os rios Couto Magalhães e Kuluene<sup>5</sup>. Alguns grupos experienciaram o contato no século XIX, quando missionários capuchinhos italianos fundaram missões no Araguaia, todavia uma epidemia de sarampo e sucessivos eventos de maus-tratos e violência os levaram a recusar novamente a convivência (GOMIDE, 2008; WELCH *et al.*, 2013). No início da década de 1940, os contatos mais efetivos foram impulsionados.

Em território Xavante, à margem direita do Rio das Mortes, aos pés do morro de *Wedezé*, foi estabelecido um Posto Indígena de Atração (PIA) do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão indigenista anterior à Funai (MAYBURY-LEWIS, 1984). Pimentel Barbosa, na época diretor do SPI, empreendeu as primeiras tentativas de expedição de contato. Frustradas, Barbosa foi massacrado em uma das tentativas (FREIRE, 2002). Foi sucedido pelo sertanista Francisco Meirelles que, em 1946, participou do primeiro contato “pacífico” com os Xavante, às margens do Rio das Mortes; ali, veio a ser fundada a aldeia *Wededzé*. O sertanista capitaneou o processo que obteve êxito, por parte dos *waradzu*, enquanto houve evidente protagonismo de determinados grupos A'uwĕ no agenciamento do contato. Uma nova dinâmica política e territorial se estabeleceu e marcou alterações irreversíveis ao território e ao povo Xavante.

Ainda que o SPI<sup>6</sup> tivesse ao menos a premissa de estabelecer e garantir terras “suficientes” para a subsistência indígena, de acordo com normas fundadas no indigenismo oficial, as consequências — desestruturação da organização social, dependência, miséria e decréscimo populacional — do contato foram catastróficas. Já os missionários, que já eram acusados de escravizar indígenas, deslocá-los de seus territórios para tomar posse das terras e promover massacres, deixavam claro o apoio às investidas do governo do Estado em lotear porção do território Xavante para destiná-las à agricultura e à pecuária (FREIRE, 2002). Outros grupos A'uwĕ continuaram a recusar o contato por aproximadamente mais uma década. Seguiu-se uma contínua redução da população por epidemias e por conflitos e divergências internas. Nesse período, os Xavante já se encontravam cercados por todos os lados, sob crescente pressão (SILVA, 1992). Enfraquecidos e acometidos por doenças, ou

---

<sup>5</sup> Há certo consenso entre os pesquisadores que coletaram relatos orais junto a grupos locais Xavante em torno dos eventos e localidades que marcam esse trecho da trajetória A'uwĕ entre eles: Giaccaria e Heide (1972); Gomide (2008); Maybury-Lewis, (1984); Serebură *et al.* (1998) e Silva (1984, 1992).

<sup>6</sup> Nos anos 1940, o SPI contava com 24 PIAs (9 no Pará, 4 no Amazonas e no território do Acre e 5 no Mato Grosso), localizados no país de forma estratégica que deixavam claros os interesses expansão, voltados para apoiar o contato e o aldeamento dos povos indígenas, liberando suas terras para frentes de colonização (FREIRE, 2002).

firmaram o contato com o SPI, nos anos subsequentes, ou foram obter refúgio nas missões salesianas de Sangradouro e São Marcos. Com a mobilidade restrita, foram incentivados a se tornar agricultores, criadores de gado, integrando-se à sociedade e ao projeto de desenvolvimento da região (SILVA, 1992).

Consideradas devolutas, as terras no Rio das Mortes foram gradativamente repassadas para agricultores e pecuaristas, ao mesmo tempo em que havia esforços de delimitar áreas para os indígenas e em resguardar recursos naturais em parques que, não por acaso, estavam localizados em territórios indígenas. Até então, os critérios de escolha de áreas protegidas eram, sobretudo, políticos (SANTILLI, 2004), de forma que a territorialidade só viria a ser definidora de limites de porções relativamente grandes destinadas aos indígenas em iniciativas pontuais. Nesses moldes, foi concebido o Parque Indígena do Xingu. Na época em que o território Xavante estava em questão, somente uma das propostas de território amplo seria efetivada (FREIRE, 2002).

Durante quase um século a colonização das terras entre os Rios Araguaia e Xingu esteve impedida pelas estratégias de proteção territorial indígena. Após a “pacificação”, ocorreu a expansão das fazendas de gado, sobretudo nos municípios de Barra do Garças e Luciara (MT), próximos às terras Xavante, e a região se torna uma das maiores áreas de pecuária do Brasil, com concentração fundiária acentuada (AZANHA *et al*, 2013). As políticas desenvolvimentistas causaram um grande aumento populacional no estado do Mato Grosso que, segundo o IBGE (1982) passou de 300 mil habitantes, nos anos 1970, para cerca de um milhão na década seguinte (IBGE, 1992). O Brasil vivia a dita “revolução verde”, um pacote de técnicas de monocultivo com vistas à produtividade para exportação e que resultou na hegemonização do agronegócio nas décadas seguintes até hoje. Os novos moradores foram operadores importantes dessa transformação, trazendo valores identitários com a atividade.

A situação de conflito entre os Xavante e os posseiros, os fazendeiros e as empresas instaladas em antigas aldeias e cemitérios motivou um movimento de reivindicação de seus territórios. Recuperados do ponto de vista sanitário e demográfico, empregaram um movimento de pressão política e reivindicatória junto às autoridades em Brasília. Algumas de suas TIs são reconhecidas oficialmente e demarcadas nesse período, entre elas: Pimentel Barbosa (1970), Marechal Rondon (1972), Areões (1972), Sangradouro (1973), São Marcos (1975) e Parabubure (1981). Contudo, tais demarcações não representavam a totalidade das áreas ocupadas pelo Xavante e tampouco garantiam a manutenção de sua territorialidade.

Já sob o arcabouço legal renovado após redemocratização, em meio a conflitos territoriais persistentes e à intensificação da substituição do Cerrado, os *A'uwẽ Uptabi* tiveram êxito em pleitos de outras TIs: Marawãitsédé<sup>7</sup> (1998), Areões (2000), Ubawawe (2000), Chão Preto (2001). Somente em 2011 a TI Wedeze foi identificada e delimitada, sendo que até o presente está sujeita à contestação (ainda na fase inicial do processo demarcatório), e Areões foi subtraída de partes de sua

---

7 Os Xavante do grupo Marawãitsédé foram forçados a saírem de suas terras tradicionalmente ocupadas, alguns dos quais foram deslocados para a TI São Marcos. Ocorre que, na década de 1960, mesmo com a presença indígena e sem qualquer ação de contato oficial, a área foi vendida e sua mão de obra utilizada. Tornou-se a maior fazenda de gado do mundo, com cerca de 500 a 800 mil hectares, cuja implantação motivou a construção da BR-158. Dos 263 indígenas deslocados para a TISM, 86 morreram (ROCHA, 2017). Uma das terras mais conturbadas, após longa batalha, conseguiu a sua demarcação e homologação, e muito depois ocorreu a desintração, quando a terra já estava arrasada do ponto de vista ambiental.

área total. Chão Preto e Ubawawe foram demarcadas como soluções parciais para o problema de Parabubure, que apresenta outras reivindicações territoriais sem providência. O complexo Parabubure é a mais populosa e de maior densidade demográfica das TIs Xavante, perfazendo 40% da população, e dispõe de dois grupos distintos compartilhando a terra: os *Oi'nhu'du* e os *Norotsurã*. Após o heroico processo de reconquista da terra unificada (GOMIDE, 2008), as subseqüentes reivindicações territoriais foram tratadas à escala dos grupos de liderança, o que causa mais ruído, ao satisfazer um grupo em detrimento de outro.

Além delas, Pimentel Barbosa e Wedeze são contínuas, perfazendo as duas margens do Rio das Mortes; as demais são geograficamente descontínuas. Regularizadas em processos distintos, cada qual é resultante de negociações com grupos específicos, resultando em um atendimento incompleto das demandas, se considerar a escala de povo, o que representaria também satisfazer cada grupo consistentemente. A demarcação em ilhas e com tratamentos particularizados resulta em desafios particulares para a auto-organização e a autogestão de suas porções territoriais. As TIs configuram apenas parte do território de ocupação tradicional, que compreende a Serra do Roncador, os vales dos formadores do Xingu, os Rios Kuluene, Couto Magalhães e Batovi, mais os Rios das Mortes e das Garças (GOMIDE, 2008; GRAHAM, 2008).

Tem-se aqui um recurso colonial de fragmentação da demanda, como estratégia de obscurecer uma escala mais abrangente, dos *A'uwĕ*; isso sugere uma discussão proveitosa sobre o conceito da multiescalaridade na proposta heterárquica sugerida por Haesbaert (2021). Além de não contemplarem o amplo território de outrora, tampouco garantem o exercício da territorialidade Xavante. Não à toa que há ainda atualmente terras reivindicadas e outras em processos de regularização.

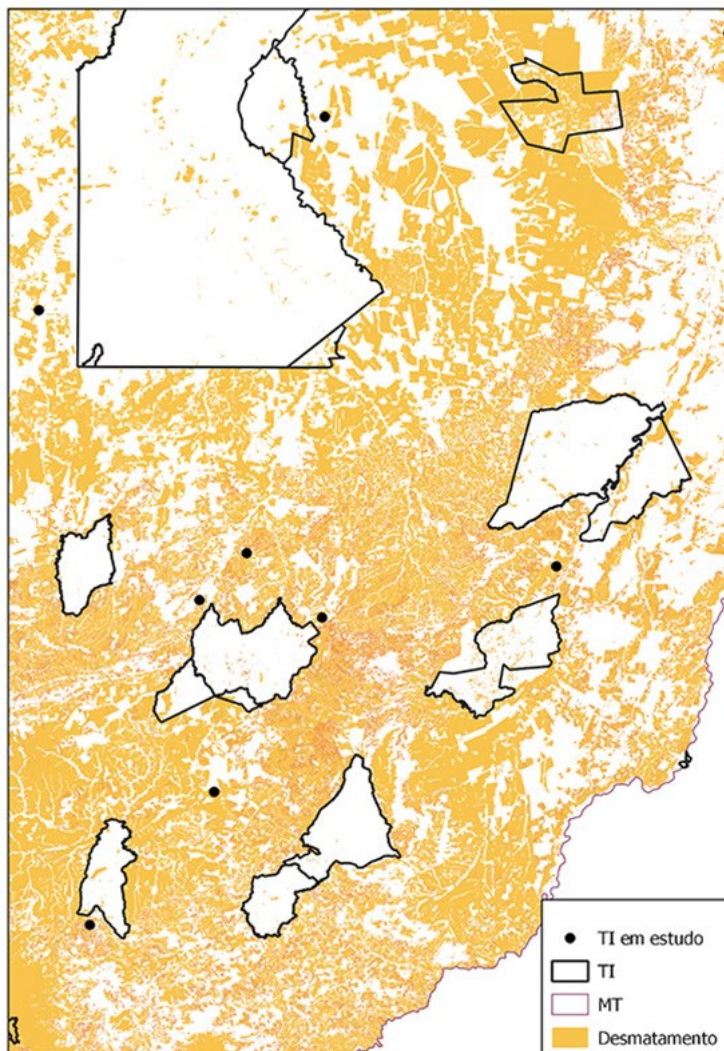
Concomitantemente às perdas territoriais, a substituição do Cerrado (*ró*), da vegetação nativa, foi mais um agravante a dificultar a recuperação territorial dos *A'uwĕ*, por apagar os vestígios dessa ocupação e diminuir o interesse em uma terra que não apresenta mais os elementos e a sobrenaturalidade do Cerrado, conforme a cosmologia *A'uwĕ*. As terras indígenas sempre serviram de escudo ao desmatamento<sup>8</sup>, ainda que tenha aumentado a pressão sobre elas. Com exceção da TI Marãiwatsédé, localizada em área de transição com a Amazônia, as demais TIs estão inscritas no Cerrado. O cartograma da Figura 2 demonstra as áreas onde o Cerrado foi substituído por pastagens e monocultivos, a partir de dados de monitoramento do desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Nos últimos anos, o desmatamento no interior dessas áreas protegidas tem se intensificado. Ainda assim, da superfície total das áreas desmatadas no ano de 2020, o total de 70,9% recaiu sobre áreas de domínio privado, incluindo 14,7% em assentamentos, outros 10,5% recaíram sobre glebas públicas, incluindo 9,2% de terras públicas não destinadas. O desmatamento em áreas protegidas foi equivalente a 5,6% do total, sendo que 2,1% ocorreu nas terras indígenas e 3,5% nas unidades de conservação (AZEVEDO; OLIVEIRA, 2021).

<sup>9</sup> Arquivos vetoriais com dados do monitoramento do desmatamento do Cerrado e da Amazônia registrados até 2021 (BRASIL, 2021).

Figura 2 – Desmatamento no entorno das TIs Xavante até o ano de 2021



Fonte: Adaptada do Inpe (BRASIL, 2021).

O cartograma demonstra que o entorno das TIs está substancialmente mais desmatado e, apesar da relativa integridade dos remanescentes no interior das TIs, há marcas da substituição de Cerrado. Na TI Maraiwatsede, terra recuperada depois de um longo período de exílio na TI São Marcos, a degradação decorre sobretudo da pecuária intensiva que predominou por anos, pequenas marcas em boa parte das terras remete aos espaços de cultivo, embora existam as que remetem à entrada do padrão agrícola monocultural.

A dita Revolução Verde, dos anos 1970, incentivou o plantio mecanizado de grãos com o objetivo de integração ao mercado internacional de *commodities*. Foi pensado um projeto para os



povos indígenas, em especial para os Xavante, focado na promoção da transição de um povo caçador-coletor de grande mobilidade para a crescente tendência de sedentarização e fomento de práticas agrícolas tidas como modernas. Um projeto de agricultura extensiva e mecanizada nas reservas Xavante, voltado à monocultura de arroz, foi implementado pela Funai, justificado pela suposta impossibilidade de manter a autossuficiência econômica no novo contexto (GRAHAM, 1995).

Novas imposições se apresentaram como possibilidade, sem que o devido esclarecimento fosse efetuado. Inicialmente, o plantio contou com incentivos financeiros, no entanto não dispôs de apoio técnico contínuo e desconsiderou a promoção da dependência de insumos, de forma que produziu a necessidade cada vez maior de investimentos na atividade. Esse projeto ganhou sua versão hodierna, com o objetivo de promover o agronegócio no interior das TIs, a partir de estratégias amplamente utilizadas em relações interétnicas usurpadoras, que potencializam e fomentam conflitos internos.

O primeiro passo é colonizar as mentes para, assim, implantar as técnicas; quando não há mais diferença entre dentro e fora de uma TI, e relativizar sua necessidade de proteção territorial como área protegida. Na TI Sangradouro, parte dos seus habitantes se convenceu a participar do projeto, já a outra manteve a resistência crítica ao plantio mecanizado e às suas consequências previsíveis.

A imagem do mês de abril de 2022 (Figura 3) demonstra a plantação de arroz na TI Sangradouro/Volta Grande, cujo limite está representado com linha vermelha, sendo que no seu interior há um polígono verde que circunda a plantação de arroz. Trata-se de um projeto controverso rechaçado por parte das lideranças, apoiado e defendido por outros Xavantes. Tal apoio tem consequências simbólicas complexas de relativização do direito de usufruto exclusivo, pois tramitam projetos não somente para regulamentar as supostas “parcerias” entre indígenas e produtores do agronegócio, como também a exploração mineral no interior das TIs e para flexibilizar processo de licenciamento de empreendimentos que impactam as áreas protegidas.

Figura 3 – Imagem de alta resolução: monocultivos de arroz – TI Sangradouro/Volta Grande



Fonte: Global Forest Watch (2022)

Além do desmatamento, há um conjunto de projetos e obras de infraestrutura instalados e projetados para as imediações das TIs, que incluem: aproveitamento hidroelétrico no Rio das Mortes (embora impedidos por meio de estudos etnoambientais e antropológicos, podem vir à tona em momento político favorável); incremento do sistema viário (construção da estrada de ferro com impactos diretos ao território *A'uwẽ*); e solicitação de pesquisa e exploração mineral. São processos que acompanham a territorialização comandada pela sociedade nacional hegemônica com seu projeto agroexportador. Tem sido esse projeto hegemônico, em última instância, o maior vetor de transformações no território *A'uwẽ* não reconhecido. Ainda, frente à cumulativa degradação do *Ró*, os *A'uwẽ* persistem e re-existem com práticas inerentes ao seu modo de vida, além de desenvolverem estratégias para a manutenção territorial.

## Ambiente e territorialidade

Entende-se que as práticas inerentes ao modo de vida ocorrem em ambientes coconstruídos, os quais não correspondem à perspectiva ocidental de manutenção de recurso natural (GALLOIS, 2004). A noção de ambiente está diretamente associada aos modos com que as pessoas adquirem e empregam habilidades experienciadas e competências em sua vida cotidiana. Ao interagirem nas dinâmicas, passam a pertencer aos ambientes que, segundo Ingold (2000), longe de existirem *a priori*, são coconstruídos ao longo de suas vidas. Esse autor considera ainda que os ambientes são tecidos na e tecem a vida num processo contínuo de fluxo e contrafluxo que nunca tem fim, no qual habilidades e conhecimentos tomam forma a partir das experiências e práticas cotidianas e do movimento pelas jornadas da vida.

Territórios indígenas se estabelecem nos e a partir dos ambientes, pautam-se em ontologias relacionais, decorrem da imbricação de temporalidades diversas e de miríade de relacionamentos sociais, em emaranhada e complexa rede de relações entre espaços, tempos, humanos e não humanos (ESCOBAR, 2015). O sofisticado sistema de conhecimentos associados aos ambientes e à temporalidade do *Ró* são fruto de uma larga história de sociabilidade estabelecida, inclusive, com aqueles que participaram dos processos de territorialização e contribuíram com alteração do modo de vida Xavante. Construído no e a partir do movimento, trata-se de um sistema de saberes corporificados, transmitidos entre as gerações pela atenção, convivência e experiência no mundo.

As narrativas dos anciãos destacam a mobilidade como aspecto central da territorialidade do povo Xavante. Não à toa isso é corroborado na literatura especializada (GOMIDE, 2008; MAYBURY-LEWIS, 1984; WELCH *et al.*, 2013). A alternância entre fixação, no estabelecimento de abrigos temporários e de aldeias de maior permanência, e movimento, nos deslocamentos frequentes em expedições longas ou cotidianas, resultou em um refinado conhecimento. Em movimentos cíclicos, seguem os ritmos do Cerrado, os percursos pelo amplo território são regulados pelo sistema sociocultural, tal qual obedece a um calendário complexo vinculado à sazonalidade do Cerrado, intimamente relacionado com as fases da vida, dos fenômenos, das dinâmicas e dos arranjos existenciais. Ainda que na atualidade, dadas as restrições, a mobilidade ocorra com menor frequência e abrangência, permanece parte da territorialidade.

Os Xavante ficavam nas suas aldeias (*Daró*) poucos meses do ano (na época da colheita das roças): como observou Silva (1983, p.43), viviam “com a casa nas costas”. As aldeias não tinham localização definitiva, isto é, uma comunidade ocupava um espaço durante alguns anos e depois se mudava para terras novas, no entanto as roças (*Buru*) tornadas antigas, se regenerando em capoeiras (*Burudu*), podiam prover cultivares mantidos e armazenados para colheita oportuna.

As expedições de caça e coleta vegetal (*dzo'omori*) são a expressão maior da mobilidade dos *A'uwẽ*. Realizadas em épocas específicas, coletivos partiam das aldeias de maior permanência após o plantio do milho e outros cultivares; já os alimentos plantados não amadureciam, permaneciam em busca de aquisição de alimentos, de obtenção de fibras, sementes, penas e outras peças utilizadas na celebração de rituais. Nos percursos, eram estabelecidos abrigos temporários. Trajetos mais curtos e rotineiros, conformam caçadas, empreendidos individualmente ou por pequenos grupos de homens, ou coletas de tubérculos, palmitos e frutos, eram, em geral, efetivados por grupo de mulheres acompanhadas de crianças.

A organização socioespacial das aldeias assemelha-se à de outros povos Jê ocidentais. Há uma praça central — o *Warã* —, que é o principal local de sociabilidade, onde ocorrem reuniões diárias para a tomada de decisão, rituais, práticas esportivas e de lazer. As casas são construídas em torno do *Warã*, em semicírculo voltado para o Sol nascente e para um rio ou curso d'água próximo. Nas aldeias maiores, o *hö*, casa dos adolescentes onde permanecem durante os anos de preparação para a vida adulta, está localizado nas extremidades do semicírculo.

Atrás das casas há espaços domésticos privativos, dos quais iniciam os caminhos (*bödödi*) que levam aos roçados, espaços agrícolas manejados; são compostos por variados cultivares de interesse, alguns dos quais trazidos do *Ró* para as aldeias, manejados e selecionados pelos Xavante por sucessivos anos de cultivo, compondo o sistema agroalimentar cultivado nas roças e que após cerca de três ciclos de cultivos, passam a compor um ciclo de agroecossistemas e, deixadas em descanso, tornam-se roçados antigos. Em linhas gerais, se as caçadas são exclusivamente masculinas, a manutenção da diversidade vegetal é mantida pelas mulheres, que transportam cultivares de diversos ambientes para os seus roçados e quintais. Além do que, por vezes, inscrevem as plantas e suas partes em redes de circulação de variedades vegetais de interesse para a garantia da segurança alimentar familiar (PARRA; ROCHA, 2019).

Além dos espaços de manejo frequente, os caminhos (*robnäbödödi*) levam aos ambientes diversificados no *Ró*; constituídos como parte da história dos *A'uwẽ*, dotados de memória, são ambientes percebidos e vivenciados por meio da combinação de fatores, que incluem: fitofisionomia e espécies vegetais predominantes, tipos de solo, relevo, inclinação, proximidade de rios e cursos d'água, condições meteorológicas e climáticas. Aspectos cosmológicos regem a vida e a organização sociocultural, corporificando o Cerrado em uma categorização mútua da terra e dos seus habitantes.

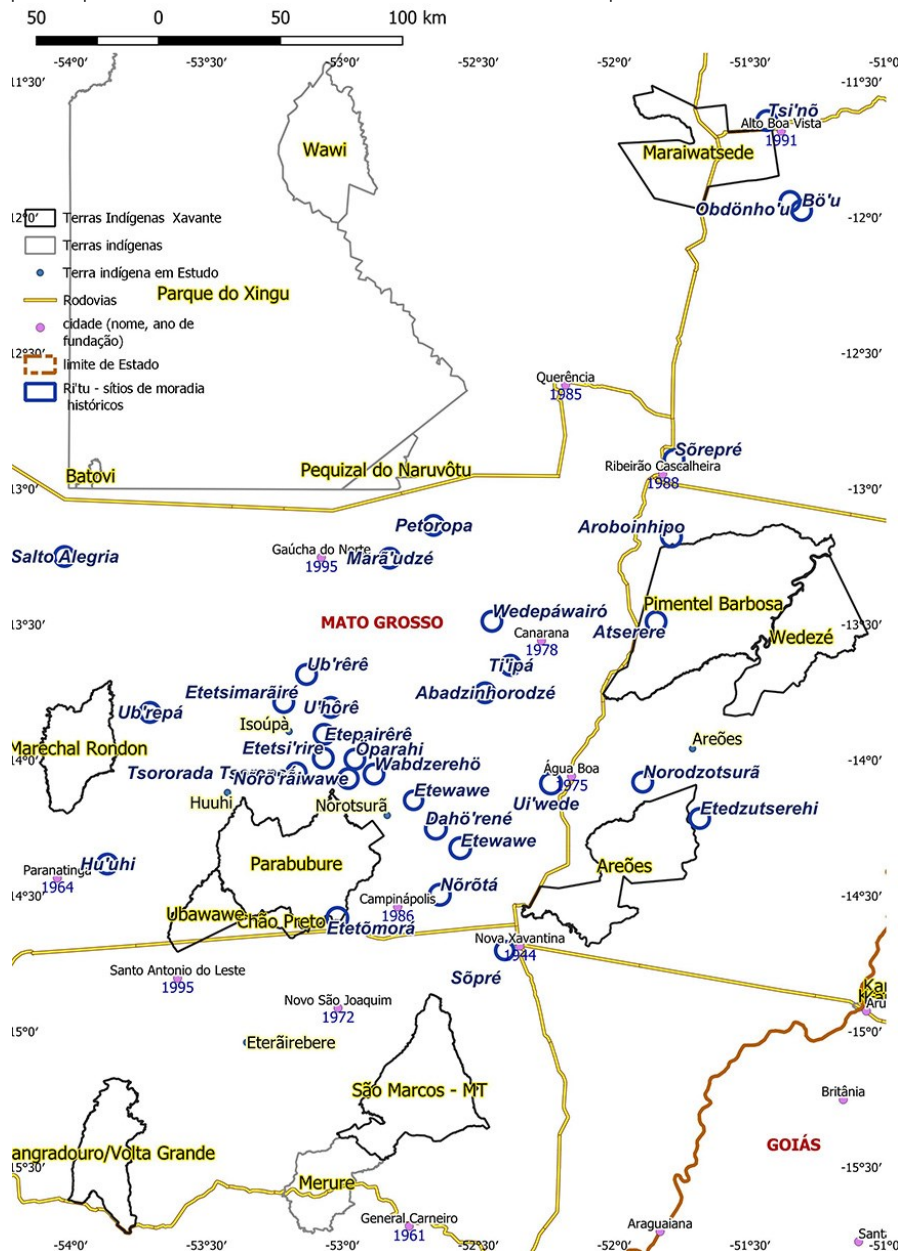
Os grupos apresentam nomes que se referem a uma determinada fitofisionomia significativa: *Marãiwatsédé* significa o povo da “mata fechada” (mata difícil de caminhar, emaranhada); *Norotsurã* é o povo do babaçual; *Oi'nhudu* o povo da mata galeria; *Apetisiré* é o povo do campo limpo. Azanha (2013) aponta para a resignificação representada por essas auto-denominações, perante o modo *waradzu* de interpretar: uma definição sociocultural do território *A'uwẽ*: pode-se afirmar que é o povo quem pertence ao babaçual, e não o inverso; Haesbaert (2021) trata disso pra outros povos. Isso evidencia a importância do Cerrado e de suas formações para os *A'uwẽ*, no sentido do quanto estão indissociáveis o povo e a terra.

A restrição das TIs, o crescimento demográfico, a dificuldade na aquisição de espécies-chave para a manutenção sociocultural (como, por exemplo, o buriti) e os vínculos territoriais levam os *A'uwẽ* a transporem os limites impostos. Se anteriormente ao contato as práticas descritas ocorriam no amplo território *A'uwẽ*, na atualidade ficam restritas aos limites reconhecidos e pelos cercamentos de terras privadas. Para além das fronteiras, o acesso aos locais outrora frequentados implica, na atualidade, agenciamentos, acordos e relacionamentos com vizinhos. Narrativas territoriais correspondem a marcos da ocupação histórica, que se destacam nos ambientes manejados com maior intensidade, em geral correspondentes a locais de aldeias de antigas, ambientes

antropogênicos coconstruídos na interação dos Xavante com o Cerrado (WELCH *et al.*, 2013). Conformam marcos que revelam a persistência do amplo território, em alguns casos mantidos e frequentados, ainda que com restrições de acesso ou mediante a novos agenciamentos entre A'uwĕ e seus vizinhos.

Nos trabalhos realizados para a identificação dos impactos ambientais da Ferrovia de Integração do Centro Oeste (FICO - EF-354), o termo *ri'tu* foi frequentemente associado a territórios não reconhecidos oficialmente, que permeiam os interstícios das TIs. À guisa de melhor definição, os informantes que participaram do estudo definiram *ri'tu* como locais privilegiados, de moradias antigas ou acampamentos prolongados, são considerados sítios históricos que apresentam atributos distintivos do entorno. A distribuição espacial dos 29 *ri'tu*, identificados neste trabalho, nos quais foi acrescentado um conjunto de três aldeias pretéritas (TAVARES, 2022), pode ser visualizada na Figura 4.

Figura 4 – Mapa com os *ri'tu*, locais de importância histórica para o povoamento A'uwe Xavante, incluindo três aldeias pretéritas em Marãiwatsede



Outro aspecto importante revelado no estudo mencionado é que pelo menos três aldeias antigas se tornaram sedes municipais: Água Boa, onde era a antiga *Ui'wedepa* (buritizal), Ribeirão Cascalheira foi fundada no local da aldeia histórica de *Sõrepré* e Nova Xavantina era *Sõpré*, evidenciando a redução, de difícil reversão, do território material. A população que origina essas cidades produz um discurso identitário dessa memória, que corresponde ao apagamento da história desses lugares, como parte do território *A'uwẽ*. Felizmente, trabalhos como o de Tavares (2020), originalmente feito para a Comissão da Verdade, fortalecem a história do ponto de vista *A'uwẽ*, ao evidenciarem suas marcas de ocupação inquestionáveis, tais como os sítios dessas aldeias pretéritas.

Observando sua distribuição pelo conjunto do território *A'uwẽ*, os *ri'tu* conformam uma rede de locais, marcadas sempre pela circulação. É a circulação que, somada aos *ri'tu*, como nódulos, definem o território desse povo, e que coaduna com o *marãã bödödi*, uma rede de interligações entre as atuais terras Xavante, marcadas pelos *ri'tu*.

A mobilidade *A'uwẽ*, para se efetivar, depende, portanto, de condições ambientais com o Cerrado íntegro e, ao mesmo tempo, de condições corpóreas para a sua realização. O corpo sempre foi trabalhado e é elemento central da formação da pessoa em uma sociedade indígena (SEEGER; MATTA; CASTRO, 1979). No caso dos *A'uwẽ*, boa parte da vida ritual os prepara para a vida, e todos os *wapté* passam por esse preparo do corpo, acostumando-o, treinando-o para a realização das longas caminhadas. Para além de seus aspectos musculares, há também o treino sensorial, de percepção, de aguçamento dos sentidos, naquilo em que é necessário perceber o Cerrado. Isso se produz concomitantemente ao vivenciar do Cerrado, tal como foi remetido à compreensão teórica de Ingold (2000), do se coconstruir junto ao meio.

## A saúde do povo xavante

Sabe-se que o contato sistemático ou não de populações ameríndias com (neo)colonizadores implicou substancial decréscimo populacional. No entanto, ocorre na atualidade um aumento das populações indígenas. Dados derivados do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (Siasi) (BRASIL, 2013) indicam que a população Xavante atendida totalizava na época 17.384 pessoas, e em 2020, 22.256 pessoas, o que não significa que as condições sanitárias melhoraram. Na estrutura organizacional do distrito sanitário há insuficiência de pessoal de nível superior em saúde nas aldeias, tendo os enfermos que se deslocarem para a cidade, onde são tratados à base de remédios sintomáticos, não havendo preocupação com a saúde preventiva. Embora seja comemorada, a recuperação demográfica exige planejamento territorial e ações específicas voltadas à integridade sanitária e ambiental para que existam condições de vida dignas. Em estudos de saúde pública com povos indígenas, é recorrente associar as condições sanitárias à restrição territorial, à degradação ambiental e à modificação nos modos de vida e nos hábitos alimentares às comorbidades. No caso dos Xavante, a redução da mobilidade foi concomitante às alterações na dieta, que incluem a redução de alimentos ricos em fibras e proteínas, que outrora configuraram a base nutricional, para o aumento de alimentos ricos em carboidratos e açúcares.

O problema nutricional foi entendido como mera falta de alimentos, levando a um tipo de assistencialismo e a uma produção insustentável que agravaram o problema da insegurança alimentar. Revelou-se uma estratégia completamente alheia às formas de cultivo Xavante, em roças pequenas, diversificadas, implantadas em sincronia com a temporalidade do Cerrado, onde há agrodiversidade mantida por gerações e novas variedades de interesse. Roças que, sobretudo, se

voltam à garantia da segurança alimentar, embora movam uma série de relações socioculturais e ambientais.

Vieira Filho produziu diversos artigos em que estudou problemas endocrinológicos relacionados às mudanças alimentares dos Xavante, sendo pioneiro em demonstrar essa relação entre os casos de *Diabetes mellitus* (VIEIRA FILHO, 1981), e a dieta moderna a que os Xavante se submeteram, em grande parte, pela falta de conhecimento de suas consequências. Com casos raros de diabetes autoimune latente em adultos sendo relatados (VIEIRA FILHO *et al.*, 2001), essa doença vem sendo costumeiramente associada à obesidade. Em 2000, Coimbra Jr. *et al.* (2002) reportaram 72 casos de diabetes entre os Xavante, dos quais 68 pertenciam às TIs Parabubure, Sangradouro e São Marcos, sendo essa doença também fortemente associada às mudanças alimentares. Uma evidência disso é que Vieira Filho não encontra ocorrência de diabetes em 1975, mas reporta casos em 1983 e 1984 (VIEIRA FILHO *et al.*, 1983, 1984).

Lideranças Xavante denunciam que essa doença vem matando seu povo e deixando sequelas, tais como a cegueira e a perda dos membros. As mudanças de dieta entre os Xavante foram estudadas (VIEIRA *et al.*, 2019) e demonstram haver um forte consumo de sal, presente em 92% das casas, fato grave, considerando que em torno de 50 anos os Xavante eram considerados milenarmente uma *non-salt culture*, levando à predisposição de doenças cardiovasculares (SOARES *et al.*, 2017). Na mesma pesquisa, foi detectado nos lares um grande consumo de carboidratos, como o arroz (64%) e o açúcar (88%), e óleo de cozinha (85%). Vieira Filho *et al.* (1997) relatam casos de polineuropatia entre os Xavante, resultantes de uma dieta quase exclusiva de arroz. Os casos referem-se à TI Sangradouro, palco recente de um programa de incentivo de plantio desse cereal.

Doenças dessa natureza vêm aumentando e colocam o desafio para os A'uwĒ de repensar os hábitos adquiridos dos *Waradzu*, ao mesmo tempo em que repensam sua história recente, tanto do ponto de vista territorial quanto ambiental. Na época em que o cultivo de arroz ocorria em larga escala, a produção em terras Xavante foi incentivada, ocasionando impactos na organização social, nos sistemas agrícolas tradicionais e na dieta.

Adaptadas à riqueza nutricional oriunda da biodiversidade do Cerrado, mudanças no sistema agroalimentar ocasionaram reflexos na saúde com restrições severas aos deslocamentos pelos territórios (DALFABBRO *et al.*, 2014). As alterações na dieta desenvolveram diabetes em parte da população Xavante com implicações físicas, entre elas dores nos pés ou, em casos extremos, a perda dos membros, o que impede a movimentação, até mesmo em curtas distâncias. Dadas as comorbidades do povo Xavante, eles foram os indígenas que mais perderam vidas na recente pandemia ocasionada pelo coronavírus (DALLABRIDA, 2020; RIBEIRO, 2020).

## Considerações finais

Buscou-se neste artigo demonstrar conexões existentes entre os eventos de saúde que vêm afetando o povo A'uwĒ e o histórico de cumulativas perdas territoriais e de pressões sociais. O projeto neocolonialista, pautado em extrair recursos naturais, produzir *commodities* e implantar infraestrutura de escoamento, não cessa enquanto houver possibilidade de expansão. Não é à toa que ocorrem os esforços governamentais em flexibilizar normativas para ampliar as áreas de cultivo extensivo dentro das TIs. O conjunto de intervenções que incidiram sobre o povo e seu território é entendido como um processo de desterritorialização pelo território-corpo, dadas as implicações na saúde, na segurança e na soberania alimentar.

Várias implicações desse processo sobre os A'uwĒ foram analisadas neste artigo, seguindo uma lógica acadêmica de análise, uma “dissecção” dos fatores. Assim, o processo de expropriação

das terras, feito pela fragmentação territorial, impediu o modo de coconstrução do Cerrado, a pressão pela sedentarização, as epidemias e a dificuldade de se prover os alimentos dentro dessa nova configuração, levando ao monocultivo extensivo, o que resultou em uma dieta empobrecida e em problemas endocrinológicos. Tais problemas resultam até mesmo na perda da visão e na amputação dos membros, impedindo o corpo de caminhar, disseminar espécies pelo Cerrado e, assim, interrompendo os *dzo'omori* e a coconstrução *A'uwẽ* (Xavante)-*ró* (Cerrado). Tal perspectiva, embora multiescalar na abordagem, aparenta uma posição passiva dos *A'uwẽ*, o que não corresponde a uma verdade: trata-se de uma assimetria de forças que pode obscurecer a re-existência dos *A'uwẽ*.

Nestas palavras finais, é preciso relatar o que os *A'uwẽ* têm feito nessa situação: o histórico de recente contato e a posição aguerrida impediu um desenraizamento completo, mesmo no caso das missões centenárias com as quais conviveram. Na cosmologia e na organização social, já se percebe uma visão mais integradora dos temas abordados: tomadas como metáfora, as duas metades, a primeira o *Öwawe* (o rio) e a segunda *Poriza õno* (o girino), têm uma interdependência, sendo uma o abrigo da outra e essa a reprodução da vida em seu seio. A metáfora aponta para uma indissociabilidade entre o meio e o vivente.

O corpo, como primeiro território de re-existência (HAESBAERT, 2021), implica, para os *A'uwẽ*, uma primeira escala de desafios para se esboçar enfrentamento; a colonização deste enfrenta nos *A'uwẽ* uma vivaz formação, na qual todas as fases da vida permanecem ativas nas sociedades, independentemente do histórico de contato. A dieta vem representando um ponto de reflexão, pois pode comprometer o vigor e causar os problemas já relatados. Isso pode implicar uma menor condição de enfrentar os desafios de ocupação territorial, cuja condição merece uma atenção: dados os prognósticos inferidos acima, a inviabilidade das práticas do *Dzo'omori* e os modos de se permanecer *A'uwẽ* em um território limitado implicam essa reinvenção. A desterritorialização se dá, nesse caso, mesmo com a existência de terras demarcadas, bastando não haver condições de fazer deste um lugar para a reprodução da vida nos moldes *A'uwẽ*.

A sociedade *A'uwẽ* tem conseguido manter sua coesão social e, sobretudo, o espaço doméstico, capitaneado principalmente pelas mulheres, tem conseguido reproduzir fortemente as condições dessa re-existência; tais reflexões vêm sendo feitas por novas gerações e têm dialogado com setores da sociedade envolvente, em busca de alternativas às convencionais propostas anteriormente pelo aparato oficial. Se as plantações de arroz apontam para um empobrecimento do corpo-território, nas formas de perda de diversidade e igualmente de empobrecimento da dieta, tem sido aí, na revalorização de cultivares tradicionais, em experiências pontuais com perspectivas para se espalhar.

Outra escala em que se observa enfrentamento à colonialidade do poder está no âmbito das relações interaldeãs e entre as TIs; os *A'uwẽ* têm conseguido trocar experiências e aproveitar ocasiões sociais insuspeitas, tais como jogos de futebol, para informar e conversar sobre problemas afeitos às atitudes do mundo dos *waradzu*. Sabe-se que posturas de resistência foram reafirmadas em encontros sociais desse tipo,, em um momento no qual articulações são necessárias frente ao projeto hegemônico que vem tentando profanar a terra, o corpo, a saúde e as mentalidades que se configuram nesse corpo-território.

A re-existência é evidenciada por dois tipos de ação: pela continuidade da sociedade complexa que resiste como tal, levada a cabo pela quase totalidade da população; e pela manutenção de diversas práticas de manejo territorial, ainda presentes e reinventadas, e incrementadas com aprendizados com a sociedade *waradzu*, tanto no campo simbólico quanto tecnológico. Parte significativa dos *A'uwẽ* tem clareza sobre o mundo *waradzu*, formula as críticas ao padrão, por ora dominante, e que vem contaminando aos poucos o modo de vida *A'uwẽ*. O modo de praticar o debate



político e as suas dialogias permite aos A'uwĒ uma experimentação, seguida de reflexão sobre sua pertinência. O *warã*, como foro, e as conversas disseminadas durante o trabalho das mulheres, compõem uma possibilidade de debate que permita (como povo) se posicionar frente a essa desterritorialização multiescalar causada pela “colonização”.

Resta compreender o momento histórico em suas várias escalas: desde o endócrino e biológico das regulações que se operam no interior do organismo, a escala 1:1 (um para um), vivenciada na escala do território de cada grupo, suas ligações histórico-geográficas com outros lugares em cuja síntese, quando formam uma rede de relações que afirmam uma unidade sobre o território, até compreender a escala dos fenômenos mais amplos que os afetam, oriundos de nossa sociedade globalitária, que impôs vicissitudes do mercado internacional sobreposto ao território A'uwĒ. Os A'uwĒ precisam se debruçar nessa tarefa, pois se trata de uma “antropologia reversa” (WAGNER, 2010, p.67) já iniciada, contando agora com as novas gerações de acadêmicos desse povo. Desde o contato, os velhos *lhiri* enviaram jovens A'uwĒ para viverem com os brancos e aprenderem a cultura *waradzu* (SUPRETAPRÃ, 2015)

Sem se render aos limites impostos, buscam variadas formas de proteger e andar pelo território. Fato é que, além das reivindicações oficializadas, ocupam diversos espaços de tomada de decisão com estratégias criativas, ora incorporando ferramentas do *waradzu*, ora impondo práticas próprias. Para além dos limites da TIs, marcam presença em Brasília para reivindicações por terras, fazem a história política ao eleger Mário Juruna o primeiro deputado federal indígena no país, tornando-se expressivamente presentes nas universidades e em assembleias da Organização das Nações Unidas (ONU). As articulações dos A'uwĒ-Xavante, no movimento indígena nacional e a capacidade de agregar aliados no interior da sociedade *waradzu* são atitudes que fortalecem a luta política.

Entende-se, portanto, que a mobilidade A'uwĒ perdura e, criativamente, galga outros rumos e outras escalas na defesa pelos territórios em constantes reterritorializações. Nesse sentido, considera-se que a luta pelo *Ró* minimamente íntegro para a existência envolve mobilidades outras que, não sem intervenções e percalços, permitem interconectar os múltiplos territórios A'uwĒ contemporâneos.

A análise que ora foi apresentada pode contribuir para a reflexão do próprio povo A'uwĒ, no âmbito de compreender a necessária “antropologia reversa” para balizar as relações com o *Waradzu*; os estudos sobre territorialidade podem contribuir para reconhecer fenômenos que se manifestam em diversas escalas, cada qual com suas características, perfazendo um processo de desterritorialização nem sempre percebido como tal, uma vez que há arcabouço legal garantindo a terra. Manifesta-se a vontade de que este texto seja lido e debatido pelos acadêmicos A'uwĒ com essa perspectiva de pensar seu futuro.



- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (1992). *Censo Brasileiro de 1990*. Rio de Janeiro: IBGE.
- INGOLD, T. (2000). To journey along a way of life: maps, wayfinding and navigation. In: INGOLD, T. *The perception of the environment*. Londres: Routledge. p. 219-242.
- MAYBURY-LEWIS, D. (1984). *A sociedade Xavante*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- PARRA, L. B.; ROCHA, C. C. (2019). Diagnóstico etnoambiental antropológico (microrregião Namunkurá, Terra Indígena São Marcos-MT). *Relatório técnico*.
- RIBEIRO, B. (2020). Covid-19: letalidade entre índios Xavantes é 160% maior que a média nacional. *PDT 12*, Brasília, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/covid-19-letalidade-entre-indios-xavantes-e-160-maior-que-a-media-nacional>. Acesso em: 15 maio 2022.
- ROCHA, L. (2018). *Da terra onde se retira o pão também se constrói o território: as transformações socioterritoriais sofridas pelo povo Xavante em decorrência do avanço do agronegócio na Terra Indígena Marãiwatsédé*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.
- SANTILLI, M. (2004). A cilada corporativa. In: Ricardo, F. *Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental. p. 11-14.
- SEEGER, A. MATTA, R., CASTRO, E.B.V. (1979). A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional, Série Antropologia*, n. 32, p. 2-19.
- SEREBURÃ, HIPRU, RUPAWÊ, SEREZABDI, SERÊNIMIRÂMÍ. (1998). *Wamrêmé Za'ra – Nossa Palavra: Mito e História do Povo Xavante*. Tradução: Paulo Supretaprã Xavante and Jurandir Siridiwê Xavante. São Paulo: Senac.
- SUPRETAPRÃ, P. (2015). O lado indígena: o outro lado da história. In: Milanez, F.(org.) *Memórias sertanistas, cem anos de indigenismo no Brasil* pp.99-109. São Paulo: edições Sesc.
- SILVA, A. L. (1992). Dois séculos e meio de história Xavante. In: Cunha, M. C. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura; Companhia das Letras; Fapesp. p. 354-377.
- SILVA, A. L. (1983). Xavante: casa, aldeia, chão, terra, vida. In: Novaes, S. C. (org.) *Habitações indígenas*. São Paulo: Nobel. p. 33-56.
- SOARES, L. P. et al. (2018). Risco cardiovascular em uma população indígena Xavante. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, Rio de Janeiro, v. 110, n. 6, p. 542-550, jun. 2018.
- TAVARES, P. (2020). *Memória da terra: arqueologias da ancestralidade e da despossessão do povo Xavante de Marãiwatsédé*. Brasília: MPF. Disponível em: [http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/222879/6CCR\\_MT.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/222879/6CCR_MT.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 22 jun. 2022.
- VIEIRA, G. O. et al. (2019). Consumo alimentar domiciliar nas Terras Indígenas Xavante de Pimentel Barbosa e Wededze, Mato Grosso, Brasil. In: *Congresso brasileiro de ciências sociais e humanas em saúde*, 8., 2019, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: Abrasco.
- VIEIRA FILHO, J. P. B. (1981). Problemas da aculturação alimentar dos Xavantes e Bororo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 24, p. 37-40.
- VIEIRA-FILHO, J. P. B.; RUSSO, E. M. K.; FERREIRA-NOVO, N. (1983). A hemoglobina glicosilada (HbA1) dos índios Xavantes. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia*, São Paulo, v. 27, p. 153-155.
- VIEIRA-FILHO, J. P. B.; RUSSO, E. M. K.; JULIANO, Y. (1984). A hemoglobina glicosilada (HbA1) dos índios Bororo. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia*, São Paulo, v. 28, p. 87-90.
- VIEIRA FILHO, J. P. B. et al. (1997) Polineuropatia nutricional entre índios Xavantes. *Revista da Associação Médica Brasileira*, [online], São Paulo, v. 43, n. 1, p.82-88. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-42301997000100018>. Acesso em: 1º jul. 2022.
- VIEIRA FILHO, J. P. B. et al. (2001). Latent Autoimmune Diabetes of the Adult (LADA) in a Brazilian Indian. *São Paulo Med. J.* [online], vol.119, n.2, pp.84-85. ISSN 1516-3180. <https://doi.org/10.1590/S1516-31802001000200009>.
- WAGNER, R. (2010). *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify.
- WELCH, J. R. et al. (2013). *Na primeira margem do rio: território ecologia do povo Xavante de Wedezè*. Rio de Janeiro: Museu do Índio; Funai.